

APRESENTAÇÃO

Este número de *Perspectivas* conta com um conjunto expressivo de artigos, organizados em torno de três eixos temáticos. O primeiro bloco intitula-se “Trabalho, política e reestruturação produtiva” e nos apresenta duas análises muitas bem fundamentadas acerca das vicissitudes políticas e sociais vivenciadas pelos trabalhadores brasileiros.

Baseado em uma rigorosa pesquisa documental e em entrevistas com os protagonistas dos episódios, o artigo, de Lucília de Almeida Neves, analisa o rito sumário do processo de cassação do mandato político de três deputados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, no mês de abril de 1964, logo após a intervenção militar que depôs o governo constitucional do Presidente João Goulart. Esses deputados, de origem operária, eram também sindicalistas e representativos do clima de ampliação da participação que caracterizava a sociedade brasileira no início dos anos 1960. O artigo procura mostrar que por sua origem social e por sua militância, esses parlamentares não só foram vítimas de procedimentos discriminatórios, lesivos a seus direitos de cidadãos, durante a ditadura militar, como também durante o período democrático. Basta observar que a documentação relativa ao processo de cassação só foi tornada pública após trinta e quatro anos dos acontecimentos. Ou seja, o texto nos mostra que esses sindicalistas-deputados não foram privados apenas de seus direitos políticos, mas também do direito de conhecer a sua própria história.

O segundo texto que compõe esse bloco temático é de Fábio Fernandes Villela e procura analisar uma outra dimensão da sociabilidade operário-industrial depois da reestruturação produtiva ocorrida no bojo da reorganização neoliberal dos anos 1990. A ênfase do autor concentra-se na indústria da construção civil e no impacto da reestruturação produtiva, com toda uma gama de novas tecnologias, na construção das cidades contemporâneas. Nesse sentido, o texto trata das grandes mudanças ocorridas no “mundo do trabalho”, dando especial atenção àquelas que estão relacionadas à transição do padrão fordista de organização

da produção para o da “acumulação flexível”, também chamada de “neo-fordismo”, “pós-fordismo”, “pós-taylorismo”, “especialização flexível”, modelo japonês ou toyotista. Sua preocupação é compreender a complexidade da reestruturação produtiva, a partir de um setor pouco privilegiado pelos estudos sociológicos contemporâneos: a indústria da construção civil.

O segundo bloco temático concentra-se na discussão sobre “Instituições e política” no contexto da nova ordem constitucional criada pela democratização do país. Com essa preocupação, os dois textos aqui agrupados revisam a relação entre a ordem constitucional implantada pela Carta de 1988 e a sobrevivência de práticas políticas que remetem a instituições e procedimentos identificados com o passado.

O texto “As partes e o todo”, de Antônio Sérgio Rocha, analisa as relações entre Executivo e Legislativo na definição do orçamento público. Tema que nos remete para um dos mais persistentes problemas da história institucional do país e que mesmo com os avanços posteriores a 1988 prossegue inquietando a sociedade brasileira. Para o autor, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (1987-88) resultaram num minucioso e complexo sistema orçamentário, com o qual se pretendia dar uma resposta definitiva a essa questão central, procurando estabelecer a melhor forma para se consolidar um desenho constitucional que permitisse a recuperação da racionalidade econômica do **Estado** com a construção de uma participação parlamentar própria a um **regime** democrático. Não obstante tais intenções do constituinte, as regras delineadas na Constituição Federal de 1988, combinadas com a vigência de aspectos institucionais ainda incompletos, propiciaram uma situação na qual o Executivo acabou mantendo uma incontestante preeminência, com prejuízo da pretensão de maior racionalidade que se pretendia introduzir no processo orçamentário.

O outro texto do bloco trata da influência do sistema eletrônico de comunicação de massa, em especial da radiodifusão, no sistema democrático do país posterior à Carta de 1988. Apoiado nas pesquisas de Robert Dahl sobre poliarquia e nas de Catalina Smulovitz sobre *accountability*, o trabalho discute os mecanismos de concessão de meios de comunicação de massa a políticos, mostrando como esse processo permite a reprodução de certas elites conservadoras e de que forma elas acabam controlando a

dinâmica política e limitando o estabelecimento de uma democracia com mais qualidade no Brasil.

O terceiro e último bloco, “Sociologia política e pensamento social”, conforma quase um dossiê temático, já que conta com cinco trabalhos, que giram em torno de temas correlatos. O primeiro artigo, da cientista política Marcia Teixeira de Souza, traz uma interessante contribuição acerca do processo de construção institucional que presidiu a fundação de uma comunidade política e de um governo nacional nos EUA depois da Revolução da Independência. Nesse sentido, o texto resgata a ambiência do debate constitucional de 1787 com a finalidade de estabelecer as conexões causais que modularam as experiências coloniais anteriores a independência, relacionando-as com o tipo de estrutura de poder confederado que se constrói no país tornado independente. A autora mostra como se dá a passagem de uma estrutura mais descentralizada, pensada inicialmente como o arranjo político possível para viabilizar a união dos entes federados, para uma outra na qual um conjunto de comunidades territoriais horizontalmente organizadas passaria a contar com um centro forte munido de poder de proposição.

O trabalho de Lucas Cid Gigante apresenta uma releitura bastante original da obra de Sérgio Buarque de Holanda. É conhecida a interpretação que afirma que, em *Raízes do Brasil*, Holanda associa o Iberismo e o personalismo com a adaptação plástica às condições locais. Marco do tradicional, o iberismo representaria nesse registro um obstáculo à modernização, já que a permanência das relações pessoais funcionaria como um empecilho à racionalização e a impessoalidade das instituições próprias da modernidade. Gigante, fazendo uso de Max Weber, propõe uma outra forma de apresentar o problema. Para ele, a questão do personalismo e a adaptação plástica às circunstâncias locais podem ser entendidas como fatores de modernização presentes no processo de colonização e expansão para o oeste. Com base na releitura de *Caminhos e fronteiras*, o autor sustenta a tese de que há inúmeros exemplos de adaptação e de formas de racionalização singularmente aplicadas ao caso brasileiro. Para ele, com as bandeiras, tal adaptação teria proporcionado o domínio racional de técnicas, num tipo de dominação racional do mundo inspirada não religiosamente, mas através da incorporação e da adaptação aos conhecimentos, sabedorias e técnicas indígenas.

O texto seguinte, de Marcelo S. Masset Lacombe, é resultado de sua pesquisa de pós doutorado, desenvolvida junto ao IFCH da Unicamp. Nele, o autor enfatiza o complexo jogo cultural estabelecido no intercâmbio entre Brasil e Alemanha, durante a década de 1930, e reflete sobre o grau de autonomia e sobre as condições de atuação no campo cultural brasileiro, marcado pelo tema do nacionalismo e do modernismo. Para isso, analisa e expõe alguns dados sobre a trajetória da Sociedade Pro Arte, fundada no Rio de Janeiro em 1931, e de seu líder, o marchand alemão radicado no Brasil, Theodor Heuberger. Como se poderá ler, trata-se de um trabalho baseado numa pesquisa criteriosa e bastante original acerca das relações culturais entre Brasil e Alemanha.

Na seqüência, vamos encontrar o texto de Matheus Silveira Lima sobre Câmara Cascudo, autor citado e conhecido como estudioso do folclore, mas que permanece ainda pouco conhecido entre as novas gerações de cientistas sociais que se dedicam a estudar o pensamento social brasileiro. Exatamente, com a preocupação de resgatar a riqueza e a variedade da contribuição de Cascudo, Silveira Lima busca evidenciar facetas menos conhecidas tanto de sua biografia, que inclui um intenso diálogo com o modernismo, quanto de sua produção intelectual, que transcende em muito os estudos do folclore, se enveredando ainda pela literatura e pela antropologia. O artigo procura apresentar também alguns outros elementos presentes na obra de Cascudo com a finalidade de mostrar a abrangência de sua contribuição e sua condição de um clássico das ciências sociais brasileiras.

Por fim, fechando o bloco, encontramos o texto de Edison Bariani sobre os estudos de Guerreiro Ramos que tratam da condição do negro no Brasil. Bariani, um profundo conhecedor de sua obra, recoloca o problema em novas bases, ao resgatar um dos temas caros a Ramos: o preconceito teórico no tratamento da questão racial no país. Falando como alguém que vivencia o problema na pele, Ramos analisa tal preconceito como um reflexo da patologia social do 'branco' brasileiro que se manifesta na própria atitude dos estudiosos ao transformarem o negro-vida em um 'tema'. Ramos propõe então a assunção da negritude e a integração social por meio do adestramento cultural, contrapondo-se a L. A. da Costa Pinto, quando este afirma a preponderância do negro proletário como eixo de análise da questão. O que Bariani procura mostrar com a recuperação desse debate não é apenas a sua riqueza analítica e sua importância, mas principalmente que

o seu desconhecimento tem contribuído para justificar o racismo do discurso dominante que vigora na atualidade.

Como se poderá perceber da leitura dos textos, este número de *Perspectivas* traz um conjunto de contribuições bastante relevante para enfrentar problemas cruciais da sociedade contemporânea. Que o leitor possa se beneficiar da atualidade e da qualidade dos artigos.

O Diretor

